

## Os institutos histórico geográficos no Brasil do século XIX: a instrumentalização dos saberes geográficos e a colonialidade do poder na construção da identidade nacional

## Los institutos histórico geográficos de Brasil en el siglo XIX: la instrumentalización de los saberes geográficos y la colonialidad del poder en la construcción de la identidad nacional

Pedro Lucas Gil Silva<sup>1</sup>

(Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA)

### Resumo

O presente artigo analisa o contexto de estabelecimento do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, bem como de seus pares regionais, como o Instituto Histórico Antropológico de Pernambuco e o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, ao longo do século XIX, evidenciando seus projetos de estabelecimento da identidade nacional e os discursos que os ampararam, sob o arcabouço teórico do pensamento decolonial, que enfatiza a dualidade modernidade/colonialidade na expansão do projeto civilizatório difundido desde a Europa. Este processo demandou a modernização e integração do território brasileiro através de um discurso científico de cunho geográfico, que visava articular os aspectos físicos e sociais frente a centralização política que demandava a incipiente nação, que recentemente havia alcançado a independência e buscava se inserir na geopolítica global que se desenhava então.

**Palavras-Chave:** IHBG; IHAP; IHGB/SP; Colonialidade do Poder; Saberes Geográficos.

### Resumen

El presente artículo analiza el contexto de establecimiento del Instituto Histórico Brasileño, así como de sus pares regionales, como el Instituto Histórico Antropológico de Pernambuco y el Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, a lo largo del siglo XIX, evidenciando sus proyectos de establecimiento de la identidad nacional y los discursos que los ampararon, bajo el marco teórico del pensamiento decolonial, que enfatiza la dualidad modernidad / colonialidad en la expansión del proyecto civilizatorio difundido desde Europa. Proceso que demandó la modernización e integración del territorio brasileño, a través de un discurso científico de cuño geográfico, que pretendía articular los aspectos físicos y sociales frente a la centralización política que demandaba la incipiente nación, que recientemente había alcanzado la independencia y buscaba insertarse en la geopolítica global que en ese entonces se delineaba.

**Palabras Clave:** IHBG; IHAP; IHGB/SP; Colonialidad del Poder; Saberes Geográficos.

### Introdução

O século XIX é marcado por profundas transformações sociais que irradiam do continente europeu e causam situações de conflito, ao buscar a regulação de outros territórios de acordo com parâmetros auto-referenciados. Desde a Revolução Francesa, no final do século anterior, muita coisa mudou no cenário político internacional. Foram estabelecidas novas formas de governo, novos ideais que marcavam a urgência de um rompimento com as tradições herdadas da Idade Média. O Estado-Nação figurava como o modo mais moderno de governar. Aliás, a modernidade em si toma fôlego, enquanto projeto que visava orientar a humanidade em um sentido evolutivo positivo, buscando a constante superação de sua situação, seja no âmbito político, econômico ou social.

Segundo o modelo europeu de desenvolvimento posto então, para a formação de um Estado, não havia apenas a necessidade de um poder político expresso apenas por uma corte. O Estado-nação estava fundamentado pela delimitação de um território, um recorte espacial onde havia uma população que se reconhecia como a ele pertencente. Era necessário inventar uma identidade nacional dentro desse território, que estaria pautada a partir de um imaginário coletivo. Daí a importância da ciência nesse período que, através da produção de conhecimento rigorosamente sistematizada, passa a servir os propósitos da modernidade por meio de seus diferentes ramos, seja nos avanços tecnológicos que possibilitaram a integração do território, seja na descrição do ambiente físico ali presente, ressaltando suas potencialidades no âmbito produtivo, bem como das características da população que ali habita e no fomento de seu imaginário nacional. É flagrante aí a imbricação entre o âmbito territorial, como expressão materializada de um plano simbólico, idealizado a partir da consolidação da mediação política encarnada no aparelho estatal, logo, tal relação entre sociedade e espaço está na seara do pensamento geográfico moderno, atestando assim a relevância da Geografia, enquanto disciplina, no desenrolar desse processo.

<sup>1</sup>Bacharel em Geografia pela UNILA. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – ICAL, bolsista do Programa de Demanda Social da CAPES. Email para contato: pedrolucgil89@gmail.com.

No contexto brasileiro, marcado pela recente proclamação de “independência”, ocorrida na primeira metade do século, o quadro posto era muito diferente. A distribuição dispersa de diferentes ocupações no imenso território nacional não possibilitou o nível de coesão requerido para o estabelecimento de um Estado no sentido moderno do termo. Contudo, historicamente voltadas à Europa, as elites brasileiras não queriam ficar a reboque das inovações difundidas a partir do Velho Continente, sobretudo com o advento da vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, fato que contribuiu com um aumento da importância do Brasil no cenário geopolítico global. Dessa maneira, foram buscadas formas de suplantar essa condição. Uma delas foi através do estabelecimento de instituições de caráter científico, que seriam responsáveis pela inserção do país na modernidade. A partir daí cria-se o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, bem como seus congêneres regionais, instituições que cumprem o papel de sistematizar o conhecimento científico que propiciará o desenvolvimento de uma identidade para o país em sua busca de inserção em um quadro geopolítico onde a questão nacional ganha centralidade (GUIMARÃES, 1988).

Contudo, vale ressaltar que tal processo não se deu de maneira análoga aos desdobramentos observados na Europa. A América Latina entra no cenário geopolítico do, então embrionário, capitalismo mercantilista no limiar do século XV, mas cumprindo um papel específico frente ao desenvolvimento de todo um imaginário moderno que começava a ser difundido, que de fato não prezava por uma inserção igualitária dos diferentes povos, que não correspondiam ao perfil do homem universal propagado. Tal dinâmica é marcada pelo estabelecimento de uma sociabilidade específica em diferentes escalas, desde o âmbito do cotidiano até as relações interestatais, a qual Quijano (2002) denomina Colonialidade do Poder, e que esmiuçaremos à luz dos fatos que levaram à institucionalização da ciência geográfica no Brasil, evidenciando seu caráter instrumental em tal empreendimento. Contudo, vale destacar que, como definido por Mignolo (2007), o termo “Colonialidade” se refere aqui a uma estrutura lógica do domínio colonial que se apoia na hegemonia de um grupo específico de países sobre a economia e a política do Atlântico, e não a períodos históricos específicos e lugares de domínio imperial, atributos relacionados ao termo “Colonialismo”. Reconstituir esses processos pode servir de base para uma análise dos desdobramentos políticos que levaram à fundação da nação brasileira, bem como da construção de sua identidade.

### Alguns apontamentos sobre o imaginário moderno do século XIX

Definir o que de fato é essa modernidade figura como um esforço hercúleo e demasiado extenso, além de não ser o objetivo do presente artigo. Contudo, é necessário estabelecer uma definição que, ainda que demasiado simplista, ajudará na compreensão da importância do IHGB para uma primeira tentativa de sistematização do pensamento geográfico brasileiro, bem como da sistematização do controle e da integração de seu território. Frente a isso, como proposto por Mignolo (2007), a modernidade, entendida enquanto discurso e processo, não pode ser compreendida em separado da sua contrapartida nos territórios que foram colonizados ao longo de seu desenvolvimento: a colonialidade ou, como prefere o autor, a *herida decolonial* decorrente do sentimento de superioridade posto desde as elites coloniais e criollas frente aos povos indígenas e africanos que para aí foram levados a força.

A modernidade pode ser compreendida como um discurso fundamentado em uma série de mudanças sociais que irradiaram desde a Europa e que progressivamente foram galgando espaços em âmbito global. Não há de fato um consenso sobre uma definição histórica de sua fundação. Por parte dos autores do chamado “giro decolonial”, podemos destacar a proposta de Dussel (2000), que afirma que o projeto moderno é inaugurado de fato desde a emergência da Espanha como primeira nação “Moderna” no ano de 1492, pois a partir daí, “[...] con un Estado que unifica la península, con la Inquisición que crea de arriba-abajo el consenso nacional, con un poder militar nacional al conquistar Granada, con la edición de la Gramática castellana de Nebrija en 1492, con la Iglesia dominada por el Estado gracias al cardenal Cisneros [...] abre la primera etapa 'Moderna': el mercantilismo mundial (p.46)”. Além disso, o conjunto de autores que assumem uma postura crítica frente aos desdobramentos decorrentes da chegada dos europeus à América, também afirmam que é a partir desse encontro com um “mundo novo” que se estabelece uma sistematização do conhecimento com vias a pensar e situar o lugar da Europa, e de suas populações, no cenário geopolítico que passa ganhar contornos globais (MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2002; LANDER, 2000).

Já Paulo Cesar da Costa Gomes (2003) salienta que a identidade que funda o ideal moderno vai se desenvolver ao longo do século XVIII, onde serão operados câmbios profundos nos códigos sociais baseados em honra em tradições provenientes da Idade Média a partir dos ideais iluministas. Conhecido como o Século das Luzes, é neste período em que é estabelecido um movimento intelectual de caráter filosófico que passa a refletir sobre a condição social da Europa. É neste momento em que a estrutura social feudal é superada, a partir de um rompimento com as formas políticas que ainda reverberavam. Dentre essas mudanças podemos destacar o rompimento com a estrutura política e econômica feudal, marcada pela rigidez na manutenção de seus quadros e pelas poucas possibilidades de mobilidade entre as classes sociais. O estabelecimento de valores gerais em torno de uma pretensa natureza humana contribuiu para uma mudança na leitura da diversidade cultural, que passou aí a ser submetida a valores universalmente reconhecidos e cada vez mais sistematizados em torno de parâmetros que possibilitassem a estruturação de uma narrativa pautada na análise dos fenômenos sociais, e que a partir do século XIX passaria pela consolidação dos campos científicos com o advento do Positivismo. É nesse período também que se dá a progressiva centralização administrativa, marcada por características já citadas neste trabalho: coesão de uma determinada população de um dado território perante um Estado.

A Revolução Francesa marca, em 1789, o intento de superação do antigo modelo de poder, frente a um novo, baseado nos pressupostos modernos. Tal suplantação se dá através da refutação do Antigo Regime por meio de uma análise crítica, que funda uma nova tradição, baseada na força da razão, guiada pelo ideal do progresso, marcando assim o nascimento de um novo homem, no sentido universalista do termo, outra característica da modernidade. Tal característica marca também um imaginário cosmopolita gestado frente a possibilidade de congregação de diferentes povos e culturas, delimitados aqui a partir de seus respectivos Estados-Nação, perante a universalidade<sup>2</sup> (*Idem*).

Esse processo inaugura uma tradição literária que busca pensar a sociedade e projetar seu futuro, seja na forma de utopias ou distopias, procurando sempre contribuir para a reflexão e/ou superação do status atual (*Idem*). Tal característica pode corroborar o argumento de que a chegada dos Europeus na América marca o início da modernidade, uma vez que a obra *A Utopia*, de Thomas Morus, parte das supostas experiências de um viajante no Novo Mundo para criar uma reflexão sobre as mazelas sociais europeias, abrindo assim precedentes para um desenvolvimento social mais igualitário e racional. Essa tradição reverbera ao longo dos séculos seguintes, como por exemplo nas obras de Orwell e Huxley.

Pode-se afirmar então que a modernidade marca um compromisso com a constante mudança social num sentido positivo, influenciado pelo ideal do progresso, grande característica da modernidade, que pressupõe sempre um salto qualitativo para um grau superior de conhecimento, que então estava compreendido a partir de uma evolução linear. A história e a antropologia ganham então o status de ciências responsáveis pela análise desse processo. Frente a esses pressupostos, da centralidade moderna e da necessidade de afirmação de um homem universal, a França figurou durante muito tempo como o modelo a ser seguido pelas nações do mundo inteiro. Com o advento do Iluminismo, aliado a um aumento e a conseqüente necessidade de sistematização da produção de conhecimento, o francês será adotado como língua universal para a publicação de textos nesse âmbito, em detrimento do latim que era utilizado até então (*Idem*).

De acordo com tais características observamos que há uma profunda imbricação entre ciência e modernidade. A constituição da ciência mesma se confunde com o estabelecimento dos ideais modernos. Os dois processos, de sistematização do conhecimento científico, bem como de modernização, estão interligados, de maneira que é muito difícil chegar a um consenso sobre qual deles é mais importante para o outro (*Idem*). Frente a isso, Lander (2000) apresenta uma defesa da consideração do início da modernidade ancorada na chegada dos europeus à América, pois segundo ele:

Con el inicio del colonialismo en América comienza no sólo la organización colonial del mundo sino – simultáneamente – la constitución colonial de los saberes, de los lenguajes, de la memoria y del imaginario. Se da inicio al largo proceso que culminará en los siglos XVIII y XIX en el cual, por primera vez, se organiza la totalidad del espacio y del tiempo – planeta, presentes y pasados – en una gran narrativa universal (p.16).

Podemos então encontrar um ponto comum nessa delimitação do fator moderno. Ainda que seja definido de forma diversa por diferentes autores, algumas especificidades são inerentes às diferentes formas de análise: a centralização do poder no Estado frente a uma determinada região marcada por uma coesão cultural, denominada nação a partir desse critério<sup>3</sup>; a sistematização do conhecimento, com vias a possibilitar uma constante superação da condição social atual, buscando assim uma evolução em sentido positivo; e o cosmopolitismo que se dá, seja pelo ideal do homem universalista, ou pelo desenvolvimento do mercantilismo em escalas cada vez maiores.

## Colonialidade: desdobramentos do imaginário moderno nas Américas

Por outro lado, temos os desdobramentos desse processo que se dão a partir da inserção progressiva do continente americano no mapa geopolítico global. Se na Europa a Modernidade caminhava no sentido de articular uma nova cosmologia, em rompimento com as concepções provenientes da Idade Média, no “Novo Mundo” havia a necessidade de se construir um discurso que pudesse fundamentar a busca por um lugar dentro dessa nova dinâmica de caráter geopolítico<sup>4</sup>. Neste novo cenário que se expandia para a além dos limites do continente europeu a forma de organização política estava expressa pelos Estados-Nação, que possuíam um caráter territorial, uma vez que para ser reconhecido como tal, havia a necessidade de delimitar um território para seu exercício de poder. Tal domínio deveria estar estruturado em seus diferentes âmbitos: político, jurídico, econômico e cultural, dimensões que congregam tanto o plano material, quanto o simbólico, sobretudo este último, responsável pela reprodução do imaginário nacional (MORAES, 2005b).

<sup>2</sup>Vale ressaltar que esse projeto universalista é predominantemente eurocêntrico e patriarcal, pois foi gestado a partir de concepções limitadoras dessa pretensão cidadania, que ficava restringida ao homem, branco e europeu (SANTILLÁN, s.d.), enquanto categoria generalista que congrega as elites políticas que a partir da Europa difundiam seu poder para o mundo colonial.

<sup>3</sup> Como afirma Domingues (1996), até o século XIX a ideia de nação era utilizada para designar grupos sociais que possuíam uma identidade comum, como tribos indígenas, por exemplo, mas a partir de então passa a ser atribuída à forma de organização territorial posta pelo Estado moderno.

<sup>4</sup> O termo “geopolítico” é adotado aqui de acordo com a definição proposta por Tuathail (et al., 1992, p. 195): “[...] geopolitical reasoning works by the active suppression of the complex geographical reality of places in favor of controllable geopolitical abstractions” e faz referência ao desenvolvimento do capitalismo global, liderado por diferentes nações hegemônicas ao longo de sua história e para onde passou a confluir cada vez mais os desdobramentos sociais, atingindo seu ápice na contemporaneidade, período denominado *Globalização*, dado o alcance do modo de produção capitalista e de suas conseqüências intrínsecas (SANTOS, 2000).

Vale ressaltar que esse imaginário, essa nova visão de mundo, se apoia nas relações de poder evidenciadas por Quijano (2002), fenômeno caracterizado como composto por três elementos básicos: dominação, exploração e conflito, atuantes em quatro áreas fundamentais para a existência social, e que resultam das disputas pelo controle nesse âmbito: “[...] 1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 4) a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos (p. 4)”. Tal controle extrapolava as relações de classe inerentes ao capitalismo, pois, provenientes da Europa, estava marcado por uma rígida hierarquia social que visava sujeitar os povos não europeus a partir da noção de raça (Idem). Processo que fundou concepções que ainda hoje regulam as relações entre os países do norte em relação aos do sul, como é o caso da persistência da classificação de “latinos” atribuída a todos os nascidos ao sul dos EUA, ainda que fenotipicamente sejam brancos (MIGNOLO, 2007).

A partir de um prisma geográfico, há uma identificação dos ideais modernos com o espaço urbano, em detrimento do campo, o primeiro representando o desenvolvimento, o progresso, enquanto que o segundo figura como representação do atraso. Para além da dicotomia campo/cidade, podemos afirmar que há uma valorização de centralidades que possam se tornar centros de difusão da modernidade. Da Costa Gomes (2003) ressalta ainda que há uma mudança no eixo cultural a nível global, que converge para as cidades e regiões consideradas mais desenvolvidas e que conta com o amparo dos insipientes textos geográficos que prezam por “[...] identificar a modernidade à mundialização da economia, à industrialização, à urbanização, à metropolização, ao papel dos transportes e da comunicação” (Idem, p. 65).

É necessário, porém, enfatizar que mesmo dentro desses espaços, tidos como pontos de contato com os ideais modernos, aquela hierarquização baseada em preceitos raciais já se fazia presente. É emblemático o caso do Rio de Janeiro analisado por Campos (2005), onde para as populações não brancas foram relegados espaços menos valorizados e tidos como antros de marginalidade em diferentes âmbitos. Em Curitiba, De Mello Pereira (1992) enfatiza o caráter segregador que o ordenamento jurídico tomou ao longo do século XIX frente ao desenvolvimento urbano da cidade e da complexificação das relações sociais dele decorrente, com vias a restringir a incorporação dos negros escravizados no cotidiano da capital paranaense. Neste sentido, Galeano (2009) ressalta que negros e indígenas foram incorporados como “proletariado externo” da economia europeia, fato que contribuiu, partindo para uma escala mais próxima do cotidiano, com a materialização de tais relações na produção espaço urbano latino-americano.

O conhecimento geográfico cumpriu um importante papel a partir do Renascimento no estabelecimento da nova cosmologia, que surgia como substitutiva daquela imperante desde a Idade Média. Daí a importância do resgate dos saberes da Antiguidade Clássica, um dos pilares da construção da identidade moderna (DA COSTA GOMES, 2003), abrindo precedentes para a naturalização dessa nova condição social imposta desde uma geopolítica orientada por valores eurocêntricos, de modo a naturalizar a ordem social proposta, criando um lastro narrativo enraizado nos primórdios do desenvolvimento da razão de maneira sistemática<sup>5</sup>. Esse conjunto de valores que compunham uma visão de mundo específica fez-se, progressivamente, hegemônica mundialmente, estabelecendo uma diferenciação entre os povos portadores de uma racionalidade apontada à evolução positiva do desenvolvimento humano, marcada pela posse e domínio dos demais povos, através da legitimação de uma objetividade do conhecimento expressa na linguagem e no método científico (GERMANA, 2010). Para compreender melhor o papel da geografia na inserção do Brasil nessa dinâmica, é necessário remontarmos todo o processo e os contextos históricos que marcaram tais desdobramentos.

## O contexto brasileiro

Anteriormente já citamos a vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808 como um fator que contribuiu para um aumento da complexidade institucional no Brasil. Após essa primeira guinada, é com a proclamação da independência em 1822 que a constituição de uma estrutura estatal moderna passará a ser a ordem do dia para a elite política de então. Tal intento esbarrou no entrave da coesão territorial que não existia então. Diretamente ligadas às demandas da metrópole, durante o período colonial foram estabelecidas zonas econômicas dispersas no território brasileiro, fundamentadas em divisões territoriais do trabalho heterogêneas, de acordo com diferentes graus de técnica. Tais regiões resultaram em aglomerações provenientes da necessidade de administração da produção local, instituindo assim cidades marcadas por dois fatores: “[...] a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas” (SILVEIRA *et al.*, 2001, p. 32), situação a qual os autores denominam de *território em arquipélago*. Resumindo, o território nacional em realidade era constituído por diferentes regiões que, apesar de estarem sob a administração do Império, possuíam certo grau de autonomia frente ao poder político e econômico das elites locais.

Consequências desse cenário foram a série de sublevações que ocorreram nas primeiras décadas que seguiram a independência: em 1824 a Confederação do Equador, onde houve, em Pernambuco, a proclamação de um governo republicano e federativo, a rebelião da Cisplatina em 1825 que culminou, três anos mais tarde, na independência da República Oriental do Uruguai,

<sup>5</sup>Dussel (2000) reconstrói a genealogia da cosmologia moderna e afirma que o esquema Grécia-Roma-Europa é uma criação ideológica que se consolida com o romantismo alemão, no final do século XVIII. O autor também afere que não há uma história mundial até 1492, até então os impérios e sistemas culturais coexistiam sem maiores destaques, até que a Espanha abre a primeira etapa “moderna”, marcada pelos fatos já mencionados neste trabalho e, posteriormente, pelo uso das rendas das minas de prata de Potosí no financiamento da vitória sobre os turcos em Lepanto (1571). A hegemonia espanhola é rompida pela Inglaterra com a consolidação da Revolução Industrial no século XVIII, que mais tarde se aprofunda com o advento do Imperialismo na segunda metade do século XIX. Juntamente à conquista do México e o desenvolvimento de uma sociedade complexa e profundamente arraigada no seio dos ideais modernos no norte do continente americano, se desenvolveu o que Dussel chama de “ego moderno”, ideal que, baseado no imaginário da modernidade, atribui à cultura europeia a missão de conduzir o processo de desenvolvimento dos povos tidos como bárbaros.

bem como uma série de outros conflitos que se deram durante o período regencial (1831-1840), como a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835), a Guerra dos Cabanos (1832), também em Pernambuco, a Cabanagem no Pará (1832), a Sabinada na Bahia (1837), para citar alguns exemplos. Para o estabelecimento de um Estado, de acordo com a concepção moderna então em voga, era necessário estabelecer uma unidade, viabilizando através da coesão uma identidade nacional.

Para atender a essa demanda da insipiente elite nacional, de inventar uma identidade brasileira, é que a ciência será instrumentalizada, a partir do IHGB, para o fomento desse ideal. Contudo, é necessário ressaltar a peculiaridade do caso brasileiro. Ainda fortemente marcado pela escravidão, já vista aí como empecilho para a concretização do projeto estatal moderno, de se inserir na geopolítica que se desenhava, pautada nas relações entre os Estados-Nação, o Brasil sempre esteve fortemente marcado pela questão da mestiçagem. Vale ressaltar que, apesar do hibridismo cultural e físico que permeia nossa sociedade desde seus primórdios, ele nunca foi requisito para a garantia da cidadania, entendida aqui como a possibilidade de os indivíduos se defrontarem com/afrentarem o Estado (SANTOS, 1996/1997), ou seja, que possuam direitos e que possam ser assim reconhecidos, ou se fazer reconhecer.

Longe disso, o que se buscou desde os primórdios do Estado brasileiro foi o estabelecimento de critérios que diferenciasssem os indivíduos, relegando a cidadania apenas aos brancos, em detrimento dos negros e indígenas, pois o que estava em jogo nesse período, para além de um novo regime político era a conservação de uma hierarquia social (SCHWARCZ, 2016; GUIMARÃES, 1988). Essa é a contradição fundamental existente no seio de nossa identidade nacional, e que ainda hoje é responsável por dar a direção de sociabilidades hierarquizadas, marcadas pela *herida decolonial* do racismo inerente ao discurso moderno.

Paralelo a isso, e para além da centralidade que a Europa, e sobretudo a França, possuíam na difusão desse ideal moderno, havia a necessidade de criar uma identidade voltada ao velho continente, buscando assim uma diferenciação no contexto latino-americano de maneira mais ampla, marcado pela emergência de regimes republicanos, tidos como a representação da barbárie. Neste sentido, apesar de também renegarem o passado colonial na construção desse novo imaginário, havia a noção de que a consolidação do Estado brasileiro viria na esteira de uma continuação do projeto civilizatório português (GUIMARÃES, 1988), expresso sobretudo no ideal do Quinto Império, uma espécie de mito fundador evocado na ocasião da restauração do trono português e que atribuía à Portugal o papel portador da cristandade como fator civilizacional a ser difundido para o restante do mundo (MARQUES, 2004).

Por fim, ao longo do século XIX, com os eventos que levaram a uma complexificação da divisão social do trabalho e uma pretensa industrialização, como a vinda da Família Real Portuguesa (1808) e a Independência (1822), cada vez mais houve também a necessidade de conhecer melhor o território brasileiro, com vias a possibilitar um maior desenvolvimento e a diversificação da produção nacional, ainda que esta esteja orientada à produção agrícola para exportação majoritariamente e que grandes parques industriais só aparecerão mais de cem anos depois. Tal intento só se tornaria viável a partir de um conhecimento aprofundado dos aspectos físicos e sociais, sobretudo do interior do país, que até então concentrava seus esforços produtivos predominantemente no litoral, de forma a elencar as potencialidades de cada região e estabelecer colônias de povoamento. No contexto de um capitalismo que se torna cada vez mais amplo a nível global, se torna interessante para o Brasil utilizar de seus recursos naturais particulares para a inserção no mercado (DOMINGUES, 1996). Essa urgência também vinha na esteira da problemática da integração do território nacional, uma vez que desde o século XVIII o pensamento geográfico já vinha se voltando ao estudo das regiões que compunham o Estado-Nação (DA COSTA GOMES, 2003), de modo a fomentar uma identidade que legitimasse sua existência, necessidade de primeira ordem para uma efetiva inserção nos quadros da modernidade.

## **O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de integração nacional: a modernidade no Império e na República**

O IHGB não deve ser entendido como resultado de ações pontuais. Dentro do contexto da crescente complexidade social e institucional que se desenvolvia no Brasil, eram notáveis as mobilizações de diferentes estratos da elite local para o estabelecimento de sociedades civis. É a partir daí que, em 1827, frente a um pedido feito ao governo imperial de D. João VI por Ignácio Alvares Pinto de Almeida sete anos antes, que é fundada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Tal instituição visava, em um primeiro momento, articular encontros entre o incipiente empresariado nacional, de forma a divulgar inventos e inovações em diferentes âmbitos produtivos. Com o passar dos anos e das atualizações de seus estatutos, cada vez mais entra em sua agenda o fomento à pesquisa científica. Contudo, vale salientar que seus objetivos acabavam por adotar um caráter difuso, frente a grande variedade de atividades as quais a sociedade passou a apoiar. Desde as artes liberais, até a zoologia, passando pela geologia e pela botânica, com as atualizações subsequentes em seu estatuto passou a abarcar cada vez mais campos científicos.

E no interior dessa sociedade que, em 1838 se dá a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, doravante IHGB. A partir de proposta feita pelo Marechal José da Cunha Matos e do Cônego Januário da Cunha Barbosa, no dia 21 de outubro se dá sua instalação, a qual o futuro Imperador, D. Pedro II, é titulado protetor (DE ARAUJO EVANGELISTA, 2014). O IHGB então é estabelecido com vias a sistematizar cientificamente o processo de construção da nação brasileira, assunto de primeira ordem desde a independência (GUIMARÃES, 1988). Neste sentido, é importante destacar também o importante papel que essa instituição vai galgar, ao buscar uma inserção do Brasil no âmbito da geopolítica moderna.

O IHGB, como expressão de sua época, foi fundado sob a tutela de uma oligarquia local, composta sobretudo por integrantes dos altos postos da administração pública e ligados diretamente ao núcleo duro do Império, e utilizado como fonte do discurso oficial que marcaria a identidade brasileira (SCHWARCZ, 2016). Como possuía forte influência europeia, foram estabelecidos diversos convênios com instituições do velho mundo, além de o instituto prezar por um esquema organizativo semelhante ao posto na França, onde as academias provinciais se articulavam em uma rede de produção científica que tinha Paris como o centro, de modo que, frente aos institutos de caráter regionais que apareceram posteriormente, o IHGB figuraria como o aglutinador das atividades dali encaminhadas (GUIMARÃES, 1988).

Outra característica que diz respeito ao caráter extremamente elitista de sua concepção é o fato de, apesar de prezar pela separação entre os âmbitos político e científico, o IHGB foi estabelecido sob a tutela do Imperador. Além de congregar diversos membros diretamente ligados à corte, tornando assim motivo de prestígio social a inserção em seus quadros, que era efetuada a partir de indicações, não de acordo com méritos acadêmicos. Da mesma forma, muitas produções foram negadas pelas comissões avaliadoras por conta de rixas pessoais, em detrimento da competência acadêmica de seus escritores (CARLOS, 2008).

É frente o primado da centralização, tanto na constituição de um Estado coeso frente os regionalismos em voga no território nacional, que culminaram nos conflitos já citados anteriormente, bem como na produção científica que viria a fundamentá-lo, que se dará a atuação do IHGB. Portanto, é importante destacar o papel atribuído à história e à geografia, ciências que compõem o nome da instituição. De uma maneira geral havia a intenção de estabelecer história e geografia como ciências coadjuvantes. Estariam elas então comprometidas com a descrição e sistematização das características sociais e físicas, de forma a fomentar a identidade nacional. Havia uma compreensão de que as duas ciências figuravam como ramos distintos, porém é necessário compreender que, sobretudo a geografia, eram campos ainda incipientes no contexto nacional, o que contribuiu para a vaguidade de suas definições (*Idem*).

A história foi assim instrumentalizada de modo a favorecer a criação de uma narrativa da consolidação do Estado brasileiro, seguindo os primados da modernidade, fortemente impregnados das concepções positivistas que foram sendo estabelecidas ao longo do século XIX (DA COSTA GOMES, 2003), fundando assim o imaginário de uma nação que evoluía em sentido positivo, com vistas a alcançar o progresso (GUIMARÃES, 1988; CARLOS, 2008). No que tange à geografia, foram realizadas inúmeras viagens, sobretudo à região norte, a que era atribuída uma grande reserva de potenciais inovações produtivas, com o intuito de fomentar descrições do território nacional. Aí que se dão também diversos mapeamentos para a resolução de disputas em regiões fronteiriças, bem como de bacias hidrográficas, para o estabelecimento de rotas fluviais (DOMINGUES, 1996).

O conhecimento geográfico ganha importância nesse contexto, uma vez que a Geografia é a ciência responsável por criar uma visão de mundo, baseada na integração entre natureza e a cultura em um único campo de interações (DA COSTA GOMES, 2003). Frente ao ímpeto colonial, e aliado à instituição da ciência como fonte única do saber e discurso descritivo e normativo do mundo social, os saberes geográficos contribuem para o estabelecimento da cosmografia europeia no continente americano, buscando suplantando os pressupostos das culturas não-europeias. O projeto de desenvolvimento criado a partir da Europa foi sendo construído ao longo de, pelo menos, pouco mais de dois séculos – se contarmos o Renascimento (meados do século XIV) como ponto de partida desse processo – e sua imposição nas Américas se torna questão premente com a necessidade de estruturação do sistema capitalista, que necessitava empreender uma expansão para ampliar e diversificar seu âmbito produtivo, propiciando conseqüentemente uma maior acumulação de capital. Daí a necessidade de remontarmos o caminho trilhado pelo pensamento geográfico na América Latina, com o intuito de resgatar o caráter violento, de controle das populações originárias e diaspóricas, tanto no sentido físico quanto simbólico a qual a colonialidade faz referência.

A partir da consolidação da instituição, progressivamente a antropologia passa a ganhar maior espaço no IHGB, sobretudo com a progressiva decadência do regime escravista. É em 1847 que se estabelece a Comissão de Etnografia e Arqueologia Indígena, que visava procurar grupos indígenas e avaliar sua possível inserção no mundo do trabalho, em substituição da mão de obra dos negros. Esses estudos também estão no cerne da política imigratória adotada pelo governo imperial, que visava substituir a mão de obra escrava por trabalhadores livres, vindos da Europa, ao mesmo tempo em que contribuiria para um embranquecimento da população, buscando regiões potenciais para o estabelecimento de colônias (*Ibidem*).

É no bojo dessa problemática que as questões raciais serão tema recorrente nos estudos vinculados ao IHGB. Articulado concepções sociais fundamentadas na biologia e que há algum tempo já vinham sendo superadas na Europa<sup>6</sup>, buscou-se a manutenção da rígida hierarquia que regia as sociabilidades em voga. Criou-se daí um imaginário que relegava aos brancos o papel de propagador de um projeto civilizatório positivo. Os indígenas eram vistos de maneira romantizada, com um povo inferior, mas que ainda podiam ter sua dignidade restituída se viesse a reboque nesse processo. Aos negros deveria restar o fardo da exclusão e do esquecimento, uma vez que seriam a representação do atraso e da incivilidade (SCHWARCZ, 2016). Como já destacado anteriormente, essa classificação social de caráter racista é inerente ao desenvolvimento moderno, uma vez que ainda hoje podemos observá-la em diferentes escalas,

<sup>6</sup>Schwarz (2016) diferencia duas concepções que, apesar de distintas, foram absorvidas pelos discursos identitários nos primórdios do Estado brasileiro. A primeira seria o Darwinismo Social, que atribuía diferenças inatas entre as (pretensas) raças, de forma a estabelecer uma hierarquização entre elas. A segunda, denominada Evolucionismo Social, partia do pressuposto de que as raças não possuíam caráter estacionário, estando em constante evolução para o mesmo sentido. Não menos problemática que a primeira, atribuía a alcunha de "atrasados" ou "avançados" para diferentes povos, de acordo com quesitos contraditórios. Neste período embrionário das ciências no Brasil é comum a confusão epistemológica e metodológica que culminava na junção de ideias muitas vezes contraditórias. Parece recorrente o intuito de instrumentalizar o discurso científico para a manutenção do status quo, a partir do peso que este possuía nos processos de modernização.

desde o plano global até o âmbito do cotidiano, sendo o IHGB o fomentador desse tipo de concepção da identidade nacional, utilizando para isso o discurso científico, a linguagem oficial da modernidade.

Com a Proclamação da República em 1889, o IHGB passa a ser o foco de disputas, por conta de seu potencial como órgão formulador da narrativa histórica brasileira. Num primeiro momento a instituição é vista como abrigo de saudosistas do regime monárquico, dado o seu comprometimento com tal. Porém, a partir daí, frente à possibilidade de sua obsolescência frente ao novo contexto político do país, é efetuado um câmbio metodológico em seu interior. Sobretudo no que tange à produção historiográfica, são estabelecidos novos pressupostos, como a pretensa imparcialidade do autor, o uso de testemunhos como prova dos fatos e a existência de um hiato entre o acontecido e o relatado (HRUBY, 2008).

Essa mudança passa a direcionar as produções do IHGB, de modo a, partindo da mesma intenção de estabelecer uma narrativa fundadora da identidade nacional, legitimar o regime republicano. É dessa maneira que alguns eventos históricos que até então eram tidos como atos de traição perante o império serão convertidos em bases de legitimação da nova ordem política. A Confederação do Equador e a Inconfidência Mineira são alguns exemplos de fatos que serviam de mitos fundadores da República, rememorados a partir dos nomes de grandes homens, que passaram a figurar como heróis da nação. Um dado interessante nesse sentido é a importância atribuída ao povo, entidade de caráter estritamente abstrato, mas que passou a ganhar relevância na constituição desse imaginário (HRUBY, 2008), ainda que paradoxalmente a identidade nacional proposta a partir do IHGB na prática limitasse a efetiva absorção de negros e indígenas, maioria na composição do quadro demográfico brasileiro.

O IHGB foi a primeira instituição nacional a articular o conhecimento científico com relações de interesse amparadas por um projeto de poder (DE ARAUJO EVANGELISTA, 2014). Sua trajetória foi marcada por contradições que se davam por conta das disputas no campo político, tanto no âmbito interno, quanto externo, porém é de extrema relevância uma análise de sua história, uma vez que o instituto figura como o principal fomentador dos primórdios da identidade nacional, com contribuições que reverberam ainda hoje, como é o caso mesmo da questão racial, onde a mestiçagem é posta no imaginário nacional como um elemento positivo de nossa gênese, ainda que o racismo se manifeste de maneira flagrante em nosso cotidiano, e que atestam sua convergência com as contradições observadas a partir da dualidade entre modernidade e colonialidade.

No âmbito da geografia podemos evocar o conceito de “ideologias geográficas” para adjetivar seu intento de criar uma coesão territorial que viabilizasse um projeto de nação. Cunhado por Moraes (2005a), o termo diz respeito aos discursos que alimentam tanto as políticas territoriais do Estado, quanto a consciência dos sujeitos sociais frente ao espaço e a sua relação com ele, ou seja, toda elaboração política sobre os temas espaciais. Esse processo irradiou desde o IHGB para as demais instituições que partiam dos mesmos princípios, mas atuavam como congêneres regionais, alimentando o imaginário nacional, mas a partir de um ponto de vista das elites locais do então território em arquipélago. É interessante destacar, contudo, que houve uma contradição fundamental em tal processo, e que ainda hoje se faz presente na reprodução da identidade nacional. A coesão territorial obteve uma importância maior nos discursos que prezavam pela unidade nacional, em detrimento da construção de uma identidade que congregasse as diferenças regionais, fomentando assim regionalismos que ainda hoje, por vezes, se manifestam de maneira irreconciliável (DE CASTRO, 2005). Esse fato pode lançar luz sobre o caráter autoritário da condução da política nacional, uma vez que a coesão territorial aparece como elemento mais importante que o consenso e o sentimento de pertencimento da população.

## Os institutos histórico geográficos regionais

Os institutos regionais começaram a aparecer ainda na época do Império, mais especificamente no 2 Reinado. O primeiro deles foi o Instituto Histórico da Bahia (IHB), fundado em 1856 e que encerra suas atividades em 1877, reabrindo em 1894. A ele se seguiram o Instituto Arqueológico Histórico de Pernambuco em 1862 (IAHP), o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA) em 1869 e o do Ceará em 1887. De uma maneira geral essas instituições resultavam da progressiva decadência que se abatia sobre as elites do nordeste, instigando-as a buscarem na tradição um ponto de unidade e conservação de seu status social em escala local (DOS SANTOS RIBEIRO, 2011).

Dentro desse quadro das primeiras instituições regionais, foram poucos os casos de maior protagonismo. O IHB acabou fechando menos de vinte anos após a sua fundação por conta da falta de recursos. As elites locais não lograram financiá-lo, ao passo em que indisposições do clero local com o império acabaram por minar as possibilidades de um apoio do governo (SILVA, 2013). O IAHP, no mesmo caminho, também cultivou animosidades com a coroa por conta do ocorrido na Confederação do Equador. Enquanto o IHGB atribuía ao evento a alcunha de traição, a elite pernambucana tratava o fato como uma demonstração de seu protagonismo na vida política da nação, exaltando outros acontecimentos, como a Restauração Pernambucana (1654), a Guerra dos Mascates (1710) e o movimento pernambucano de Dezessete (1824) (Idem). Para além desse compromisso com a fundação do imaginário local, a produção científica do IAHP possuía confluência com o projeto posto pelo IHGB. Já na segunda metade do século XIX ali já se pensava no branqueamento como fator de desenvolvimento nacional (SCHWARCZ, 2016).

Após a Proclamação da República apareceram outros institutos: O Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP) (1894, mesmo ano de reinauguração do IHB), o de Santa Catarina (1896) e o do Paraná (IHGPR) (1900), em um processo que seguiu até, pelo

menos, a década de 1970 (SILVA, 2013). As premissas que guiaram as novas instituições eram basicamente as mesmas que guiaram o IHGB e seus congêneres na época do império.

O IHGSP despontava como o bastião da identidade a que aspirava a insipiente elite paulista que, a partir da emergência da produção cafeeira, buscava galgar um lugar nos espaços políticos nacionais, rivalizando diretamente com o Rio de Janeiro e o IHGB. As narrativas dali provenientes buscavam auferir ao estado uma imagem de cultura e civilização, até então concentrada na capital, porém pautada na figura do bandeirante como símbolo do espírito paulista em seu caminho de ascensão, partindo do poder econômico, bem como do alto nível de coesão interna que possuía, frente às demais unidades da federação, pelo fato de contar com uma moderna rede ferroviária (SCHWARCZ, 2016).

No mesmo sentido o IHGPR, inaugurado no último ano do século XIX, também serviu de base para fomentar a identidade local, expressa sobretudo a partir do “movimento paranista”. Articulado a partir da elite intelectual paranaense, o Paranismo surge como uma tentativa de projetar o estado como expressão máxima da modernidade no território brasileiro. Um de seus maiores expoentes foi Romário Martins, que nos primórdios de sua carreira como historiador encontrou bastante espaço de atuação no IHGB. E mais uma vez a questão racial foi um fator importante na pavimentação do caminho da identidade regional, como bem exemplificado na obra de autores clássicos do Paranismo, bem como dos que se basearam em suas afirmações para buscar a consolidação da imagem do Paraná como unidade federativa jovem, moderna e mais próxima do ideal europeu que seus pares, através do discurso e do ativismo no sentido de fomentar políticas públicas de imigração, direcionadas ao embranquecimento populacional (SILVA, 2017), processo que contribuiu para a formação de um “Brasil Diferente” a nível regional, como definiu Wilson Martins (1989) no título de seu tratado sociológico sobre a história paranaense.

O que chama a atenção no estabelecimento dessas instituições ao longo do século XIX é fato de que, mesmo a partir de uma tentativa de unificação territorial por meio do discurso científico, o alto grau de fragmentação política acabou por fomentar regionalismos, no sentido inverso, uma vez que cada instituto, dirigido pelas elites locais, visava a construção de uma identidade nacional, mas de acordo com suas próprias histórias e necessidades, tentando afastar dessa forma o fantasma da decadência política, no caso do nordeste, ou se colocar como fator de modernidade, correndo atrás do atraso, como ocorreu com os institutos paulista e paranaense.

Podemos atribuir ao IHGB o papel de instrumento de articulação de uma identidade nacional, entendida como ferramenta política para justificar a permanência da rígida hierarquia social de então. Porém, se dentro da própria instituição a que foi relegada a missão de unificar as regiões do território brasileiro já existiam rugas políticas (GUIMARÃES, 1988), quem dirá no cenário posto a partir da emergência dos institutos regionais. Também é flagrante a missão atribuída a essas instituições na tarefa de produzir um conhecimento sistematizado, segundo os primados da modernidade, de maneira a possibilitar a composição de um quadro de formação da identidade nacional. Intento que, diferentemente do ocorrido na Europa, não congregou a totalidade da população, mas se deu na exclusão de estratos sociais indesejados, segundo atributos raciais. O discurso científico a serviço da construção do Estado-nação a partir de uma narrativa que articula território e população segundo definições estritas, as características básicas dos processos analisados pelo pensamento decolonial.

## Conclusão

A inserção do Brasil na modernidade demandava o estabelecimento de um aparato estatal que se desenhava desde a independência. Contudo, é necessário apontar que tal projeto foi dirigido por uma restrita elite política e econômica, que buscava salvaguardar seu status, bem com a rígida hierarquia social que marcava, e ainda marca até certo ponto, o Brasil. Para esse fim específico o discurso científico foi instrumentalizado, dada a sua relevância perante o processo modernizador em voga naquele contexto, para fomentar um imaginário nacional, visando a unidade territorial e a coesão que demandavam o Estado-Nação moderno.

Esse processo se deu ao longo de um século marcado por revoltas e mudanças políticas no contexto nacional, expressões de uma nação dividida por regionalismos, levados a cabo por diferentes elites que buscavam legitimar seu poder e autoridade no âmbito local. É nesse cenário que se dá a fundação do IHGB, instituição que se tornou o carro-chefe dessa missão civilizatória moderna, que além de buscar fundar uma identidade nacional, também visava a articulação dos diferentes rincões do território brasileiro para alavancar esse projeto voltado a ideais eurocêtricos, congregando desde a memória histórica, até a descrição de recursos naturais, bem como as potencialidades do emprego de mão de obra indígena ou europeia em substituição dos negros escravizados, tidos como expressão do atraso que acometia o país, além de tecer diversas teorias de cunho racial que prezavam pelo progressivo branqueamento da população.

Tais pressupostos convergem para as críticas feitas por autores que partem de uma perspectiva decolonial e buscam destacar os desdobramentos da Modernidade na periferia do sistema internacional que se consolidou, progressivamente, a partir da chegada dos europeus às Américas. Como já destacado, esse processo atribuiu à América Latina um lugar de subalternidade em relação a hierarquia de caráter racial estabelecida desde a Europa, em movimento contrário ao que ocorreu com a porção de influência anglo-saxã do continente, situada mais ao norte. O desenvolvimento do Estado-Nação brasileiro, como movimento necessário ao acesso das elites locais ao sistema mundo moderno, se deu a partir da legitimação dessa hierarquia nos quadros nacionais, atestando a elitização inerente

à colonialidade do poder, ou à propriedade dos grupos sociais mais bem relacionados com a Europa em conduzirem a continuidade da missão civilizatória europeia, mesmo que prezando, ao nível do discurso, pelo ideal do homem universal e das liberdades individuais.

Posteriormente foram criados institutos regionais, em diferentes províncias do Brasil, que deveriam, ao menos em teoria, fornecer dados e estudos ao IHGB. Porém, frente ao contexto político do país, tais instituições acabaram servindo mais às elites locais, que visavam tecer uma história nacional, mas que atribuísse aos fatos ocorridos em suas respectivas regiões uma importância maior que a de seus pares. Uma análise crítica e aprofundada do contexto em que tais instituições foram estabelecidas, bem como do caráter de suas produções, podem revelar os sentidos das ideologias desenvolvidas a partir da ciência geográfica que se deram no período, bem como suas reverberações no imaginário que compõe a identidade nacional até os dias atuais, como é o caso da questão das relações étnico-raciais, dado extremamente relevante para a compreensão das sociabilidades postas no contexto brasileiro.

## Referências bibliográficas

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

CARLOS, Lillian Beatriz. Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2008.

DA COSTA GOMES, Paulo Cesar. Geografia e modernidade. Bertrand Brasil, 2003.

DE ARAUJO EVANGELISTA, Helio. Aspectos históricos da geografia brasileira. Letra Capital Editora LTDA, 2014.

DE CASTRO, Iná Elias. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Bertrand Brasil, 2005.

DE MELLO PEREIRA, Magnus Roberto. Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 1992.

DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. Revista de História, n. 135, p. 41-59, 1996.

DOS SANTOS RIBEIRO, Mariana. Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817. Tese de Doutorado. PUC-Rio, 2011.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. p. 41-53, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

GALEANO, Eduardo. Las Venas Abiertas de América Latina. Catálogos, Buenos Aires, 2009.

GERMANA, César. Una epistemología otra: el proyecto de Aníbal Quijano. Nómadas (Col), n. 32, p. 211-220, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revista/view/1935>>

HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. Anais do IX Encontro Estadual de História Anpuh-RS, 2008. Disponível em: <[http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581\\_ARQUIVO\\_HugoHruby.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581_ARQUIVO_HugoHruby.pdf)>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 11-40, 2000.

MARQUES, João Francisco. A Utopia do Quinto Império em Vieira e nos pregadores da Restauração. E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, 2004, 2004. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84111/2/artigo10551.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. TA Queiroz, 1989.

MIGNOLO, Walter D. La Idea De America Latina: La Herida Colonial y La Opción decolonial. Gedisa Editorial, Barcelona, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. Annablume, 2005a.

\_\_\_\_\_, Antonio Carlos Robert. Território e história no Brasil. Annablume, 2005b.

QUIJANO, Anibal Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. Novos Rumos, v. 37, n. 37, p. 4-28, 2002.

SANTILLÁN, Miguel Ángel Polo. Ética y Política en Locke: De los Derechos Humanos a los Humanos sin Derechos. Escritura y Pensamiento, v. 8, n. 17, p. 39-65. S.d.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio, O preconceito, p. 133-144. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1996/1997.

\_\_\_\_\_, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930). Tese de Doutorado. UFBA, 2013. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13614/1/TESE%20-%20Aldo%20Morais.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

SILVA, Pedro Lucas Gil. Racialização da Paisagem Urbana em Curitiba: Disputas Pelo Reconhecimento da Presença das Populações Negras na Produção Material da Cidade. 2017. 127 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017

SILVEIRA, Maria Laura; SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. Companhia das Letras, 2016.

TUATHAIL, Gearóid Ó.; AGNEW, John. Geopolitics and discourse: practical geopolitical reasoning in American foreign policy. Political geography, v. 11, n. 2, p. 190-204, 1992.